

A dupla finlandização

Na década de 50, quando eu ainda estudante na Alemanha, discutia-se, talvez pela última vez nesta geração, a reunificação deste país.

Era o tempo da reunificação da Áustria, quando os soviéticos concordaram em deixá-la, simultaneamente com os ocupantes ocidentais. Surgiram então novas esperanças na Alemanha. Moscou aparentava concordar, condicionando a outra reunificação à mesma neutralização.

Imediatamente, os conservadores democratas-cristãos, no poder com Adenauer, alegaram ser a situação alemã qualitativamente diversa e que sua neutralidade se apresentava não só impossível como perigosa para a própria Alemanha, daí em diante dando apenas um passo rumo à sovietação.

Só que até hoje a Áustria não se sovietaizou, apesar da sua fragilidade, e as duas Alemanhas, tornadas cada vez mais fortes, também cada vez mais distanciaram entre si.

Nem por isto deixa de voltar à tona, periodicamente, a tese da "finlandização" da Europa toda e não apenas da Alemanha, no sentido de neutralização militar da área em termos de alianças internacionais, sem isto implicar mudanças de sistema econômico. Inclusive a Finlândia, modelo da proposta, continua firmemente não-capitalista e com soberania independente de blocos.

Afinal de contas, a Suíça e a Suécia há muito que se encontram na mesma situação.

A recente vitória do socialista Andreas Papandreou, do Pasok, na Grécia, e as dificuldades crescentes na Polônia parecem reviver o tema da finlandização, sempre de mão dupla: tanto os soviéticos quanto os ocidentais evacuaram a Áustria e poderiam ter feito o mesmo nas duas Alemanhas.

E provável, portanto, que os ortodoxos do outro lado apresentem o mesmo argumento contra a neutralização das áreas europeias deles, acenando igualmente com o fantasma do retorno do capitalismo lá... À maneira dos que, do lado de cá, vislumbam o perigo de comunização na neutralização...

Muitos alemães se entusiasmarão, em vão, com aquela possibilidade, à frente Gustav Heinemann, que depois chegaria a Presidente da República Federal da Alemanha, tarde demais.

O próprio Willy Brandt, quando prefeito de Berlim Ocidental, conseguiu eficaz relacionamento com os soviéticos, após as crises do cerco, passando a uma fase de relativa colaboração. A posterior política de distensão com o Leste, a "Ostpolitik", quando Brandt, já primeiro-ministro, representou a retomada da abertura, com muitas perspectivas.

E do lado polonês, desde aquele tempo, o ministro das Relações Exteriores, Adam Rapacki, propunha o plano que passaria a ter o seu nome. Visava à extensão da desmilitarização nuclear aos dois lados da Europa, sem referência explícita à neutralização, porém com óbvio

carregamento implícito.

Foi Rapacki um dos influenciadores, mesmo indireto, do tratado de desnuclearização militar da América Latina, em Tlatelolco, uma amostra do que ele pretendia, como etapa inicial, na Europa. Seria também Rapacki o autor do convite ao então ministro das Relações Exteriores do Brasil, San Tiago Dantas, para visitar a Polônia, a pretexto de receber um doutoramento "honoris causa", mas na realidade como homenagem a um adepto prático e pragmático do reconhecimento diplomático dos países do Leste Europeu. Dos quais permanecíamos separados por um extravagante purismo ideológico isolacionista, enquanto possa matriz dominadora separava comodamente os interesses econômicos e os políticos no trato com a mesma área...

Agora, Varsóvia bem relembra Rapacki, em um nível até mais amplo... O que prova a permanente viabilidade da sua tese digna de ver-se aprofundada e expandida.

A corrida armamentista atômica nada tem de encorajadora.

O "overkilling", que se acumula indefinidamente, só aumenta os perigos de guerra, inclusive por acaso. A proliferação nuclear, na periferia das superpotências, surge ainda pior porque ainda mais fora de qualquer controle. Imagine-se em breve, com a bomba atômica mesmo de pequeno porte, o Paquistão, a União Sul-Africana, a Líbia, Israel e a Organização de Libertação da Palestina, para mencionarmos apenas uns poucos...

Não estamos fazendo nenhum juízo de valor.

Logo, não acusamos ninguém especificamente como irresponsável, nem pretendemos que o monopólio do controle e fiscalização se restrinja aos atuais fiadores do Tratado de Moscou: os Estados Unidos, a Grã-Bretanha e a URSS.

Seria de desejar uma autoridade maior da Agência de Viena, multilateral, eletiva e não seletiva.

O principal é que se encontre um caminho, uma saída, pois não se pode continuar como está, ameaçando piorar.

Não adianta os comunistas pregarem o desarmamento unilateral do lado de cá. Quando eles próprios chegam ao poder terminam também querendo a retirada dos soviéticos, como ora se vê na Polônia e outrora na Tchecoslováquia e Hungria, precedidas pela República Democrática Alemã anterior ao Muro de Berlim. Daí Mitterrand adiantar-se e, enquanto urge um reencontro do diálogo Moscou-Washington, reconhece claramente a superioridade soviética que não deseja reequilibrada com a estadunidense e sim ambas superadas por um clima de paz.

Idêntica lição aprenderão em breve os socialistas gregos, inclusive com outra ameaça, a da vizinha Turquia, exigindo na subárea entendimentos desarmantes iguais ao da área inteira.

A Polônia está aí para ensinar a todos... Não só se sua experiência atual der certo...